

As Instituições Econômicas Internacionais Como Instrumentos Hegemônicos E As Relações Centro-Periferia

Bruna Hayashi Dalcin

Daiana Winter Jung

Fernanda Gomes Carvalho¹

RESUMO: O objetivo do presente artigo é analisar as instituições de Bretton Woods como mecanismo de manutenção das relações de dependência entre a hegemonia vigente e os países periféricos de acordo com as visões teóricas de autores marxistas. Nesse âmbito, daremos atenção especial ao Consenso de Washington e como o continente asiático, liderado pela China, buscou evitá-lo, buscando sua própria via para o desenvolvimento. A partir disso, faremos uma análise sobre as novas instituições que estão sendo criadas pela China - Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB) e Asian Development Bank (ADB) - e como isso sinaliza uma oportunidade de superação dessas relações de dependência e o início do surgimento de uma nova hegemonia anti-imperialista.

Palavras-chave: Hegemonia; Centro; Periferia; Consenso de Washington.

¹ Graduandas de Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

1 Introdução

As relações entre Centro e Periferia que se desenvolvem no período atual têm suas origens em um processo complexo de estabelecimento da sociedade europeia como centro do desenvolvimento capitalista. Esta assume o papel de sociedade civilizada, enquanto os demais padrões de sociedade não-europeia são rejeitados e subjugados a ela. A partir do processo de dominação colonial, o discurso hegemônico da sociedade europeia consolidou a posição periférica dos demais continentes através da dominação direta ou indireta. Para tanto, a mesma sempre se utilizou da quebra das estruturas existentes e da sua substituição por novas para que fosse possível a inserção destes no modo de produção capitalista. O colonialismo, portanto, foi o principal meio de propagação das relações de poder e do modo de produção capitalista até o século XX (ARRIGHI, 2006).

O que vemos na atualidade, contudo, é uma dominação centro-periferia diversa da colonial. Ela funciona a partir de um sistema muito mais complexo que o antecessor e com instrumentos muito mais sutis de manutenção e aprofundamento das relações de dependência entre centro e periferia. Os Estados Unidos, como potência dominante atual, utiliza as organizações internacionais como mecanismos de universalização de todos os princípios que o mantém como a hegemonia na ordem mundial.

Para que possamos compreender o funcionamento dessas relações de dominação, utilizaremos a operacionalização feita por Cox da teoria Gramsciana para as relações internacionais, desenvolvida em seu livro “Approaches to World Order”. O autor desenvolve uma série de conceitos para explicar o que é um discurso hegemônico e de que forma ele se propaga internacionalmente. Além disso, para a construção e argumentação de nossa hipótese, utilizamos Williamson para tratar da contextualização do Consenso de Washington, que será analisado como instrumento da hegemonia dominante para manter seu poder no sistema internacional. Por fim, visando sustentar o argumento de que o Consenso de Washington não é a via mais adequada para o desenvolvimento da periferia mundial, utilizamos os trabalhos de Dani Rodrik e Ha-Joon Chang.

O presente artigo, portanto, deseja responder como o continente asiático conseguiu contornar as medidas neoliberais do Consenso de Washington e alcançar o desenvolvimento, tendo em vista que a América Latina e a África não conseguiram superar suas dificuldades econômicas através das medidas macroeconômicas estabelecidas pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Além disso, visamos a analisar a superação da condição de subdesenvolvimento pela China e como esse país vem apresentando-se como um importante *player* internacional, criando instituições e fóruns multilaterais próprios. Partindo do pressuposto de que as instituições internacionais são mecanismos de propagação do modo de produção e da estrutura social mantida pela hegemonia vigente dominante, esse comportamento que a China vem revelando pode ser um indício das suas pretensões de projeção de poder, buscando rivalizar com os Estados Unidos.

O artigo se divide em três partes principais, além desta breve introdução. Primeiramente, será apresentada a teoria a ser utilizada para fazer a análise do objeto de pesquisa deste artigo. Logo depois, traremos uma breve descrição do Consenso de Washington e analisaremos como ele é utilizado como instrumento de propagação do discurso hegemônico atual para manutenção do status quo das relações de dependência centro-periferia. No último tópico, utilizaremos a Ásia, especificamente China e Malásia, como estudo de caso para mostrar como o Consenso acabou não sendo um pacote de medidas adequado para os países periféricos que, em uma tentativa de reverter essa relação de dominação com o centro, buscou uma via alternativa e própria para o seu desenvolvimento. Por fim, será tratado como a China desenvolveu um modelo alternativo que tem trazido aos países asiáticos uma saída para seu desenvolvimento.

2 O Discurso Hegemônico Através Das Instituições

As relações internacionais possuem diversas vertentes teóricas para explicar as relações entre Estados, as quais possuem diversas variáveis que mudam de importância conforme a abordagem utilizada e a realidade a ser explicada. Levando em consideração esses aspectos, portanto, escolhemos a corrente de pensamento marxista e, em especial, a operacionalização da teoria Gramsciana desenvolvida por Robert Cox, bem como a visão das relações de dependência entre centro e

periferia, para explicar de que forma as instituições internacionais afetam essas relações de acordo com os interesses da sociedade civil hegemônica atual. Nessa seção, portanto, faremos uma breve exposição do argumento teórico que será utilizado ao longo do artigo.

Para Gramsci, a unidade essencial de análise e ponto de partida de sua teoria é a sociedade civil. A partir da constituição de uma classe dominante que possui um projeto e uma série de valores próprios fundados em um modo de produção específico, a mesma procura consolidar sua hegemonia a partir da propagação desses valores e do estabelecimento de um poder político e social. Uma vez que essa sociedade está dominada pelo discurso dessa classe e a mesma toma o poder do aparato do Estado, qualquer tentativa anti-hegemônica de se estabelecer um novo discurso por uma classe diferente na sociedade civil é oprimida por diversos instrumentos, desde a constante propagação dos valores hegemônicos a partir de intelectuais orgânicos, até a coerção propriamente dita de possíveis ameaças (COX, 1996).

Partindo desse primeiro nível de análise, as relações internacionais são consideradas, de acordo com esse pensamento, da seguinte maneira:

As relações internacionais precedem ou seguem (logicamente) as relações sociais fundamentais? Não pode haver dúvida de que elas seguem. Qualquer inovação orgânica na estrutura social, através de suas expressões técnico-militares, modificam também as relações orgânicas relativas e absolutas no campo internacional também (GRAMSCI apud COX, 1996, p. 133, tradução das autoras).

Assumindo que todas as relações sociais fundamentais se dão, primeiramente, na sociedade civil, as relações internacionais ocorreriam de maneira a representar uma extrapolação dessa dinâmica. Tendo em vista que nem todas as sociedades são capazes de ter uma classe hegemônica que se consolide em torno de um projeto próprio e tome o controle do Estado, o que ocorre é que o Estado que concluiu essa revolução passa a exportar seu discurso hegemônico a um nível internacional. Através do que Gramsci chama de revolução passiva², ele coopta as elites locais dos demais países e submete-os a uma ordem mundial controlada pelo Estado central, criando a noção de centro e periferia.

2 O conceito de revolução passiva se refere à “introdução de ideias as quais não envolvem nenhum tipo de participação de forças populares” (COX, p. 129, tradução das autoras).

O conceito de revolução passiva é a contrapartida ao conceito de hegemonia no que descreve a condição de uma sociedade não-hegemônica, na qual nenhuma classe dominante tem sido capaz de estabelecer a hegemonia no senso Gramsciano do termo. Hoje, a noção de revolução passiva, junto com seus componentes, é particularmente apropriada aos países industrializados do Terceiro Mundo (COX, 1996, p. 130-131, tradução das autoras).

A ordem mundial, portanto, é coordenada por um discurso hegemônico que perpetua um modo de produção e um conjunto de valores sociais e ideológicos, que sustentam essa hegemonia, e, ao mesmo tempo, cooptam os demais países como atores periféricos nesse sistema. As relações internacionais são, em última instância, uma rede complexa de interações sociais que ligam as classes de diferentes partes do mundo. Essa rede é hierárquica e controlada pela hegemonia a partir de diversos mecanismos como, por exemplo, as instituições internacionais, que são o foco principal desse artigo.

Deste modo, segundo Cox, elas agem da seguinte forma: “(1) as instituições incorporam regras as quais facilitam a expansão da ordem mundial hegemônica; (2) elas são elas mesmas produtos da ordem mundial hegemônica; (3) elas legitimam ideologicamente as normas da ordem mundial vigente; (4) elas cooptam as elites dos países periféricos; e (5) elas absorvem ideias contra-hegemônicas” (COX, 1996, P. 138, tradução das autoras).

A partir desses mecanismos, então, a hegemonia vigente propaga e consolida suas ideias através do sistema mundial, promovendo o consenso entre aqueles que a aceitam e a coerção sobre aqueles que tentam se desviar do discurso hegemônico. A consequência disso é, basicamente, a perpetuação da condição de subordinação dos países periféricos, que absorvem os ideais hegemônicos e tem suas elites cooptadas, de maneira que impeça a formação de uma potencial sociedade civil com ideias contra-hegemônicas que poderiam promover a reversão desse estado. Uma hegemonia mundial, portanto, “é expressa por normas universais, instituições, e mecanismos os quais estabelecem regras gerais de comportamento para os Estados e para as forças de suas sociedades civis que atravessam as fronteiras nacionais e que dão suporte ao modo dominante de produção” (COX, 1996, p. 137, tradução das autoras).

3 O Consenso De Washington (1989)

A década de 1970 foi um período conturbado da economia mundial. Uma série de acontecimentos, como o fim da paridade ouro-dólar em 1971 - que levou, consequentemente, ao fim do Sistema de Bretton Woods - e as Crises do Petróleo, em 1973-74 e 1979, marcam o fim do consenso keynesiano. Assim, os países ficaram livres para fazer suas próprias políticas cambiais. A Crise do Petróleo, afetou a economia global como um todo, mas principalmente os países do Terceiro Mundo, gerando a chamada Crise da Dívida Externa. Para resolver essa crise, os países do Terceiro Mundo recorrem ao Banco Mundial e ao FMI. Assim, o Consenso de Washington foi uma série de imposições que esses países tiveram que cumprir em troca do recebimento de ajuda dessas instituições.

A crise do consenso keynesiano³ criou as condições para a volta do liberalismo econômico, mas sob uma nova roupagem, a do Consenso de Washington. Essa nova instituição econômica é a afirmação da tendência hegemônica, neoliberal, com contribuições da escola austríaca, dos monetaristas, dos novos clássicos relacionados com as expectativas racionais e da escola da escolha pública, segundo Bresser-Pereira (1990). Este foi um conjunto de medidas macroeconômicas que eram consenso entre os economistas - em Washington, principalmente -, as quais surgem para resolver a crise dos anos 1970 e restaurar o crescimento nos países de centro e periféricos. Esse consenso é formulado em 1989, em Washington, por economistas do FMI, Banco Mundial e Departamento do Tesouro dos Estados Unidos e acaba se tornando a política oficial do FMI para dar ajuda aos países em crise, segundo Williamson (2004). O Consenso de Washington é, portanto, constituído de dez reformas:

[...] 1) disciplina fiscal visando eliminar o déficit público; 2) mudança das prioridades em relação às despesas públicas, eliminando subsídios e aumentando gastos com saúde e educação; 3) reforma fiscal ampliando a base de tributação e reduzindo a taxa de imposto marginal; 4) liberalização financeira; 5) taxa de câmbio unificada a um nível suficientemente competitivo para

3 O consenso keynesiano corresponde ao período do fim da Segunda Guerra mundial até a década de 1970. Essa instituição econômica é marcada “pelo grande empenho das forças sociais e dos governos, principalmente dos países centrais do capitalismo mundial, em promover o crescimento/desenvolvimento econômico com o intuito de evitar a repetição da grande depressão mundial ocorrida na década de 1930 e o avanço do socialismo” (BARUCO, 2005, p. 1). O intervencionismo Estatal é a ação direta dos Estados Nacionais na economia de seus países de modo a manter o pleno emprego e aumentar os direitos sociais, sendo conhecido como WelfareStates.

ter um rápido crescimento nas exportações não-tradicionais; 6) o comércio deveria ser liberalizado e orientado para o exterior (não se atribui prioridade à liberalização dos fluxos de capitais); 7) abolição de barreiras que impedem a entrada de IED (investimento estrangeiro direto); 8) privatização das empresas estatais; 9) abolição de regulamentos que impedem a entrada de novas empresas ou restringem a concorrência; 10) a provisão de direitos de propriedade seguros (WILLIAMSON, 2004, p. 196, tradução das autoras).

Deste modo, percebemos que o Estado mínimo, de acordo com essa concepção, seria essencial para que as forças de mercado ajam de modo a restabelecer o equilíbrio dessas economias. Entretanto, é possível perceber que este conjunto de determinações não levam em conta as especificidades de cada país, segundo Bresser-Pereira (1990), sendo, então, ineficiente em certos casos. A falta de uma contextualização histórica, social e política destas recomendações trazem em si a semente para o fracasso, uma vez que essas variáveis negligenciadas fazem completa diferença no resultado dessas políticas postas em prática. A abordagem de Washington prevê a substituição da ação estatal na economia pelos investimentos do setor privado. Ainda, o autor demonstra que esse tipo de substituição é, sim, benéfico para as economias, tanto que é um movimento natural, podendo ser observado no caso da Alemanha e Japão. No século XIX, ambos os países tinham grande participação do Estado na economia; contudo, ao promoverem a industrialização, foram transferindo gradualmente esse papel para o setor privado. Contudo, a utilização desse pacote pelos países do Terceiro Mundo, como condição para a ajuda financeira do FMI, acaba prejudicando-os, uma vez que não se concretiza a superação do problema em si. A chave para que estas medidas alcancem o objetivo de estabilizar essas economias é serem postas em prática de modo gradual e não como terapia de choque como foi utilizado nos países periféricos.

Essas medidas, entretanto, são positivas para alguns países do centro, não aqueles que as colocaram em vigor, mas aqueles que mantiveram as políticas opostas às do pacote de ajuda do FMI. A questão chave para entender o Consenso de Washington é que os Estados Unidos, além de enfrentar a crise econômica na década de 70, também enfrentou uma crise de sua hegemonia. A desvalorização do dólar durante os anos finais dessa década aconteceu devido a própria ação dos EUA, pelo incentivo à competição intercapitalista e o incentivo a liquidez internacional, criando assim as condições para o fim da sua superioridade. A contrarrevolução

monetarista, segundo Arrighi (2008), surge então para remediar a perda de credibilidade dos EUA como polícia do sistema internacional e o aumento da assertividade dos países do terceiro mundo quanto às negociações econômicas.

Em resumo, a interação entre a crise de lucratividade e a crise de hegemonia, combinada à estratégia norte-americana inflacionária de gerenciamento da crise, resultou num período de dez anos de aumento da desordem monetária mundial, de escalada da inflação e de deterioração constante da capacidade do dólar norte-americano de servir como meio de pagamento mundial, moeda de reserva e unidade contábil (ARRIGHI, 2008, p. 169).

Com o fim da URSS se aproximando, os EUA precisam de um novo modo de manter sua hegemonia. Tendo isso em mente, a Crise de Juros da década de 1980 foi essencial para que os pensadores neoliberais pudessem finalmente enterrar o *Welfare State* e começar a vender o pacote de reformas do consenso de Washington. Assim, a quebra do poder de barganha do Terceiro Mundo foi essencial para a nova *belle époque* americana nos anos 1990, segundo Arrighi (2008). Assim, o Consenso de Washington serviu para que os EUA pudessem retomar o crescimento de sua economia e também serviu para seus fins políticos de retomar a hegemonia mundial, pelo menos até os anos 2000. O consenso foi aceito pelas elites periféricas como, por exemplo, América Latina, levando às chamadas Década Perdida (1980) e Década Desperdiçada (1990), confirmando assim a revolução passiva.

4 O Acelerado Desenvolvimento Do Leste Asiático Nos Anos 1990

Apesar dos esforços hegemônicos visando à implementação do Consenso de Washington em escala mundial, tais medidas neoliberais não eram um real consenso entre os economistas. Pelo contrário, muitos críticos ressaltam as fragilidades do sistema proposto por estas instituições, que, além de ignorar as características das diferentes economias e seus estágios de desenvolvimento, também apresentou poucos casos de sucesso: “a África subsaariana não conseguiu decolar, apesar de reformas políticas significativas, melhorias nos ambientes políticos e externos, e ajuda externa contínua” (RODRIK, 2006, p. 3). Em outras regiões, como a América Latina, a

Ásia Oriental, a Rússia e a Turquia, crises financeiras dolorosas tornaram-se um mal frequente, prejudicando profundamente o seu desenvolvimento.

Economistas como Dani Rodrik e Ha-Joon Chang são exemplos dessa visão. Segundo Rodrik (2006, p. 5), o pacote convencional de reformas concentrava-se excessivamente em reduzir gastos e em obter ganhos de eficiência que acabou por não estimular suficientemente “as forças dinâmicas que estão atrás do processo de crescimento [econômico]. Procurar ganhos de eficiência não equivale a uma estratégia de crescimento”. A visão de Chang (2003) corrobora essa interpretação. Para o autor coreano, grandes potências econômicas, como o Reino Unido e os Estados Unidos, utilizaram-se de medidas econômicas protecionistas e intervencionistas para se desenvolverem, porém, atualmente, advogam contra essas medidas, defendendo o liberalismo e a não-intervenção estatal. Nas suas palavras,

Quando estavam tentando alcançar as economias fronteiriças [países mais ricos na época], os países desenvolvidos [de hoje] usaram comércio intervencionista e políticas industriais para promover suas indústrias nascentes. As formas dessas políticas e as ênfases entre eles podem ter sido diferentes em cada um dos países, mas não há como negar que eles utilizaram ativamente essas políticas. E, em termos relativos (isto é, tendo em conta a lacuna de produtividade com os países mais avançados), muitos deles realmente protegiam suas indústrias muito mais do que o que os países atualmente em desenvolvimento fizeram. Se for esse o caso, a ortodoxia atual que defende o comércio livre e as políticas industriais de *laissez-faire* parece incompatível com a experiência histórica, e os países desenvolvidos que propagam essa visão parecem estar, de fato, “chutando longe a escada” que eles usaram para escalar até onde eles estão (CHANG, 2003, p. 13, tradução das autoras).

Através da estratégia de “chutar longe a escada” pela qual ascenderam economicamente, ou seja, desmerecendo e condenando medidas protecionistas, essas potências impediriam o pleno desenvolvimento da periferia mundial. Assim, o Consenso teria sido uma espécie de “armadilha” criada, na década de 1980, pelos países desenvolvidos na época para impedirem que os países subdesenvolvidos e, em especial, aqueles que estavam emergindo do bloco comunista, conseguissem atingir os mesmos níveis de desenvolvimento do então Primeiro Mundo. A defesa do neoliberalismo, dessa forma, consiste em um elemento de consolidação hegemônica e o Consenso de Washington passou a ser um instrumento da atual hegemonia

norte-americana para inviabilizar o surgimento de uma potência que pudesse competir, de igual para igual, com os Estados Unidos.

Essa visão teórica pode ser comprovada ao analisar-se as medidas adotadas pelo Leste Asiático nos anos 1990 e os resultados satisfatórios que muitos países da região obtiveram ao não implementar as determinações do Consenso de Washington. A busca por uma política econômica autônoma e uma via própria para o desenvolvimento, sem a influência das intuições financeiras ocidentais, foi um dos elementos mais marcantes desses países durante o seu *boom* de crescimento.

4.1 O Exemplo Da Malásia E Sua Rápida Retomada Econômica

A crise financeira asiática dos anos 1997-1998 forçou muitos países em desenvolvimento a recorrerem ao FMI e adotarem as políticas neoliberais que a instituição propunha. Foi o caso de economias como a da Tailândia, da Coreia do Sul e da Indonésia. Entretanto, segundo artigo de Ethan Kaplan e Dani Rodrik (2001), a Malásia tomou um rumo completamente oposto ao receituário do FMI.

O problema central de recorrer-se à assistência financeira das instituições econômicas ocidentais reside nas exigências impostas pelas mesmas, visando à manipulação das economias periféricas em crise. “Esses países se comprometeram a flutuar suas taxas de câmbio, aumentar as taxas de juros, apertar a política fiscal (pelo menos inicialmente), abrir seus mercados financeiros para estrangeiros, fechar bancos e instituições financeiras problemáticas e realizar uma variedade de outras reformas estruturais” (KAPLAN; RODRIK, 2001, p.1, tradução das autoras). O governo malaio, por outro lado, impôs controles abrangentes sobre as transações de capital, corrigiram e fixaram a taxa de câmbio, reduziram bruscamente as taxas de juros domésticas, adotaram uma política de redeflação⁴ e aumento dos gastos públicos.

Segundo os autores, as medidas implementadas pela Malásia na época, tão opostas às sugeridas pelas instituições ocidentais, foram bastante benéficas à economia malaia, possibilitando uma rápida e impressionante retomada econômica nos anos seguintes. Dessa forma, verificou-se que os controles da capital da Malásia tiveram consequências positivas, sendo “eficazes na segmentação dos mercados

⁴ Inflação característica de um período de reativação econômica, pós-recessão, no qual ocorre um aumento da demanda.

financeiros e proporcionando espaço de respiração para políticas monetárias e financeiras” (KAPLAN; RODRIK, 2001, p. 32, tradução das autoras). Assim, as medidas econômicas implementadas pelo Estado malaio permitiram uma recuperação muito mais rápida do que seria possível através da via ortodoxa, que impôs uma série de políticas que não olhavam as individualidades das economias às quais estavam submetendo e eram, por esse motivo, ineficientes na maioria das vezes.

Kaplan e Rodrik, portanto, comprovaram em seu estudo que a recuperação da Malásia na Crise Asiática foi mais rápida e menos custosa quando comparada à recuperação da Tailândia e a da Coreia do Sul, por exemplo, que seguiram à risca o receituário do FMI e os preceitos do Consenso de Washington. Ao analisar-se esse caso, percebe-se que o mesmo corrobora a hipótese do presente artigo, uma vez que comprova que as instituições econômicas ocidentais - como o Consenso de Washington - servem aos interesses da hegemonia de perpetuar uma ordem internacional que lhe beneficie, mesmo que represente um entrave ao desenvolvimento da periferia mundial como um todo.

4.2 O Modelo De Desenvolvimento Chinês Ou *Consenso De Pequim*

A China, um país essencialmente agrário até a revolução comunista de 1949, começou a experimentar a industrialização e a modernização tardiamente, apenas no final dos anos 1970. Segundo Gelber (2012, p. 404), a morte de Mao Tse Tung, em 1976, deixou a China em uma posição de fragilidade, uma vez que “enquanto se preocupava em ‘fazer revolução’, a China ficou exposta, econômica e estrategicamente”. A ascensão dos reformistas, liderados por Deng Xiaoping, transformaria esse cenário, considerando-se que “essa nova linha representava uma mudança profunda de estratégia, evoluindo da busca de autonomia e independência à modernização” (VIZENTINI, 2004, p. 88). O grande marco na evolução econômica chinesa, que permitiu que o país atingisse níveis de crescimento mais elevados e ingressasse na dinâmica capitalista da época, foram as Quatro Modernizações promovidas por Deng, que visavam ao desenvolvimento da indústria, da agricultura, da tecnologia e das forças armadas. Nas palavras de Vizontini (2004, p. 88),

Entre as suas prioridades estavam a descoletivização gradual da agricultura, a introdução de uma economia mercantil dentro de uma estrutura socialista e a criação de áreas específicas, geralmente províncias costeiras, com legislações

próprias para a captação de capital, empresas e tecnologia estrangeiras, destinadas sobretudo à exportação, as Zonas Econômicas Especiais (ZEEs).

Essas medidas de abertura econômica e flexibilização dos controles estatais possibilitaram o rápido avanço chinês. Essas reformas, realizadas sob o planejamento estatal, “alteraram a dinâmica da política e do comércio no leste asiático. A China se transformou com muita rapidez na maior e mais dinâmica potência comercial da história” (GELBER, 2012, p. 416). Para tanto, porém, não bastou alterar apenas as características da economia, mas também fez-se necessária uma profunda transformação política e institucional na sociedade chinesa, dando início ao que ficaria conhecido como o “socialismo com características chinesas”. Assim,

Desde 1949, quando a República Popular foi criada, a China passou por duas transformações fundamentais. De um lado, houve um contínuo e acelerado processo de industrialização, responsável por elevada e persistente taxa de crescimento econômico; de outro, ocorreu uma *profunda transição institucional*, com a transformação de uma economia centralmente planejada num *capitalismo de Estado*. O que distingue a experiência chinesa em confronto com outras experiências de transição institucional é a superposição desses processos sem que a industrialização, a máquina de crescimento essencial da China, tivesse sofrido solução de continuidade (MEDEIROS, 2013, p. 435, grifos nossos).

Dessa forma, Deng Xiaoping transformou a China de maneira econômica, política e institucional. Através dessas alterações, torna-se possível ao país entrar para o rol das nações mais influentes do sistema internacional, tanto por sua proeminência econômica quanto por sua liderança política. As Quatro Modernizações possibilitaram à China ingressar no modelo da Revolução dos Gansos, o que permitiu um salto tecnológico ainda maior através da absorção de tecnologia dos vizinhos asiáticos, especialmente do Japão. Assim, na década de 1990 até o início dos anos 2000, o mundo passou a enxergar a “China como centro de expansão econômica e comercial mais dinâmico do mundo” (ARRIGHI, 2008, p. 18), suplantando o Japão, que ocupava a posição de ganso líder nos anos 1980.

A questão mais relevante a ser ressaltada aqui é que as estratégias de modernização e desenvolvimento da China foram autônomas e relativamente divergentes das orientações do Consenso de Washington e outras instituições ocidentais, que advogam pela privatização da política econômica e a minimização do papel

econômico do Estado. Logo, o notável crescimento econômico da China pode ser atribuído a uma forte intervenção do governo, que pôde mobilizar grandes quantidades de recursos para eliminar qualquer gargalo de crescimento ou mudança institucional. Esta abordagem passou a ser denominada como o Consenso de Pequim⁵ (YAO, 2011). Enquanto o Consenso de Washington prioriza as medidas neoliberais voltadas para o livre mercado, o Consenso de Pequim tornou-se a representação do modelo chinês de desenvolvimento, baseado na economia planificada.

Pode-se afirmar, portanto, que “embora a China tenha recebido bem os conselhos e a ajuda do Banco Mundial desde o princípio das reformas, ela o fez sempre em termos e em condições que serviam ao ‘interesse nacional’ chinês, e não aos interesses do Tesouro norte-americano e do capital ocidental” (ARRIGHI, 2008, p. 361). Dessa forma, o Consenso de Pequim passou a figurar como uma via alternativa para o desenvolvimento econômico e as altas taxas de crescimento da potência asiática evidenciam o sucesso dessas medidas. De fato, esses níveis de crescimento demonstram que o modelo econômico da China não só produziu um crescimento mais rápido do que as economias desenvolvidas, mas também que o das economias capitalistas na sua mesma fase do desenvolvimento. Assim, a China inaugurou um novo momento da sua história, como salienta Gelber (2012, p. 447),

A China ficou mais agressiva e, consciente do seu poder econômico crescente, começou a enfatizar seus direitos e as aspirações de retomar o papel clássico de liderança no leste asiático, e de uma das grandes potências mundiais. Embora rejeitasse envolvimento mais distantes, no final do século XX obteve uma influência internacional cada vez maior e respeito em todos os níveis. A China foi aceita pelas maiores potências como uma parceira importante, senão necessária, nos acordos financeiros, comerciais e políticos. Segundo um estudo realizado em 1999 pelo Conselho de Relações Exteriores dos EUA, “nenhum aspecto significativo dos assuntos mundiais está isento de sua influência”.

A China, portanto, consolida-se como um poder mundial a partir do Consenso de Pequim. Sua crescente importância no sistema internacional é bem

5 O termo “Consenso de Pequim” foi criado em 2004 pelo consultor americano Joshua Cooper Ramo, diretor-gerente da consultoria do ex-secretário de Estado dos EUA Henry Kissinger. Ramo descreve o sucesso do modelo em três princípios: compromisso com inovação e experimentação; busca de melhorias na qualidade de vida com “gerenciamento do caos” e independentemente da renda per capita; autodeterminação e soberania. Segundo Ramo, o Consenso de Washington era um bom “manual de atração de investimentos feito por e para banqueiros”, enquanto o de Pequim não ignora a geopolítica e quer “melhorar a sociedade”.

descrita pela citação acima, que mostra claramente que a potência chinesa alcançara uma posição de respeito no cenário global, que não permitiria mais que o Ocidente interferisse nas suas políticas, tanto internas quanto externas.

4.3 A China Como Futura Hegemonia?

Dentro desse contexto de tentativa de reafirmação das instituições neoliberais norte-americanas e reestruturação capitalista em escala global, a Ásia “emerge como ‘nova fronteira’ da economia mundial e um desafio à ordem mundial anglo-saxônica” (VIZENTINI, 2004, p. 85). Com um crescimento a uma taxa média de 10% ao ano durante três décadas até 2010, a China tornou-se a segunda maior economia do mundo, apresentando-se, de fato, como uma ameaça, que poderá suplantar a hegemonia norte-americana nos próximos anos. Uma transição hegemônica, entretanto, concretiza-se através da obtenção da supremacia em várias esferas, como a econômica, a militar, e, sendo a mais relevante para o presente artigo, a institucional.

O modelo asiático de desenvolvimento possui aspectos que precisam ser ressaltados para que seja possível a real compreensão da proposta anti-hegemônica contida nele. A República Popular da China, comunista, logrou abrir-se ao mercado capitalista mundial através da condução firme de um “Estado forte, regulador, planejador e intervencionista” (VIZENTINI, 2004, p. 87). Assim, o desenvolvimento chinês foi possibilitado pela centralização política do regime, e não pela adoção integral de um sistema de livre mercado, como o Ocidente recomendaria. Essa via alternativa para o desenvolvimento opõe-se aos valores ocidentais, democráticos e neoliberais, mas revelou-se mais apropriada e condizente com a realidade histórica asiática. De fato, “o desenvolvimento capitalista da Ásia Oriental teve muito pouco a ver com o ideário liberal” (VIZENTINI, 2004, p. 88).

A divergência entre o discurso hegemônico norte-americano e as propostas asiáticas - sobretudo chinesas - para a construção de uma nova ordem mundial tornam-se ainda mais evidentes ao analisar-se a política externa desses Estados em desenvolvimento. Segundo Vizentini (2004, P. 87), “esses regimes insistem cada vez mais nas noções de soberania e de não-ingêrência nos assuntos internos”, buscando defender-se do intervencionismo das potências externas, que buscam

manter a ordem internacional vigente e a posição da hegemonia atual. Um exemplo disso são os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica⁶, preceitos defendidos pela China e que guiam a sua atuação internacional: respeito mútuo à soberania e integridade nacional, não-agressão, não intervenção nos assuntos internos de um país por parte de outro, igualdade e benefícios recíprocos e coexistência pacífica entre Estados com sistemas sociais e ideológicos diferentes. Assim, a China apresenta a sua proposta anti-hegemônica, com uma abordagem completamente diferente da utilizada pelos Estados Unidos para defender a sua supremacia no plano internacional, consolidando-se como uma alternativa à hegemonia norte-americana, neoliberal, militarista e extremamente assertiva.

As iniciativas chinesa para a criação de novos fóruns financeiros multilaterais têm sido interpretadas como um importante elemento de legitimação do país perante o sistema internacional vigente, na tentativa de consolidar-se como um novo bloco histórico⁷. Tal estratégia vem dando importantes frutos, como é observado ao analisar-se o sucesso de instituições asiáticas, como o Asian Development Bank (ADB) e o Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB).

O Asian Development Bank foi fundado em 1966, inspirado pelo modelo do Banco Mundial e com o objetivo de “combater a pobreza na Ásia e no Pacífico⁸”. Seria, assim, um banco “de caráter asiático”, promovendo crescimento econômico e cooperação, visando ao crescimento econômico sustentável e à integração regional. Isto é realizado através de investimentos - sob a forma de empréstimos, bolsas e compartilhamento de informações - em infraestrutura, serviços de saúde, sistemas financeiros e de administração pública (ADB, 2017).

Tal iniciativa perturbou a potência hegemônica, uma vez que os Estados Unidos se opuseram à criação de outro banco de desenvolvimento regional após a elaboração do Banco Interamericano de Desenvolvimento em 1959. Considerando

6 Formulados por Zhou Enlai, fundador da diplomacia chinesa, nos anos 1950.

7 O conceito Gramsciano de bloco histórico define a unidade entre estrutura econômica e superestrutura social, ou seja, a síntese entre a cultura, a política, as ideologias, as religiões e o modo de produção, em um determinado momento histórico. A formação de um bloco histórico ocorreria, dessa forma, através da formação de uma nova hegemonia, ou seja, uma outra base cultural, capaz de possibilitar formas diferentes de organização coletiva e de sociabilidade.

8 Motto da instituição. De fato, 80% dos empréstimos do ADB são concentrados No setor público em cinco áreas operacionais principais: educação, infraestrutura (energia, tecnologia da informação e comunicação, transporte, desenvolvimento urbano, água), meio ambiente, cooperação e integração regional e desenvolvimento do setor financeiro (ADB, 2017).

que o desenvolvimento regional - inclusive asiático - não se apresentava de acordo com os interesses norte-americanos, as tentativas da hegemonia em frear as instituições criadas pela periferia mundial evidenciam o caráter desafiador das mesmas.

A mesma oposição por parte dos Estados Unidos surgiu na ocasião da criação, em 2014, do Asian Infrastructure Investment Bank. Segundo Brant (2014), a proposta para a fundação do AIIB partiu da China, uma vez que o governo chinês encontrava-se frustrado com o ritmo lento de reformas e governança, desejando maior contribuição de instituições internacionais, como o FMI, o Banco Mundial e o ADB, que afirmam serem dominados por interesses americanos, europeus e japoneses. Assim, o AIIB configura-se plenamente como uma instituição de caráter anti-hegemônico, evidenciando o poder adquirido pela potência chinesa, que aspira disputar, de igual para igual, a posição de hegemonia com os Estados Unidos. Para isso, as iniciativas no âmbito institucional tendem a tornar-se cada vez mais frequentes.

Conforme já mencionado, é possível apreender, pelas ações do governo chinês nos últimos anos, que o objetivo da China é consolidar-se como um novo bloco histórico, ou seja, perpetuar um novo discurso hegemônico próprio, suplantando a posição norte-americana na ordem internacional. Para isso, a China usa da sua influência política, adquirida a partir do seu poder econômico, para moldar as instituições internacionais a seu favor ou criar novos fóruns e organizações com características chinesas para viabilizar a sua atuação na esfera multilateral. Se a transição hegemônica idealizada pelos chineses tornar-se uma realidade, será inaugurada uma nova fase nas relações internacionais, que tende a tornar mais verossímil a ascensão econômica do Terceiro Mundo, uma vez que a ascensão da China representa a vitória dos valores orientais em detrimento dos ocidentais, como o neoliberalismo e a democracia, por exemplo.

Nas palavras de Vizentini (2004, p. 87-88), as “questões da democracia e do mercado, que aparentemente introduzem uma clivagem entre Ocidente e Oriente, constituem, na verdade, uma oposição Norte-Sul. Novos países periféricos, não-ocidentais, ascendem, num momento em que o Primeiro Mundo parece envelhecer”. Ao questionar os valores ocidentais, a China possibilita a criação de um

ambiente propício ao desenvolvimento da periferia internacional, sem os entraves impostos pelo Ocidente.

5 Conclusão

No presente estudo, analisamos as instituições internacionais, em especial o Consenso de Washington, sob uma perspectiva teórica marxista. Admitindo que elas são nada mais do que instrumentos de manutenção da ordem mundial e da hegemonia presente, explicamos de que maneira as mesmas atuam com objetivo de manter as relações de dependência entre centro e periferia e impedir que esses países subjugados saiam da condição de subdesenvolvimento. O Consenso de Washington, portanto, representou uma série de medidas impostas pelas instituições econômicas internacionais aos países que precisavam de ajuda financeira, em um contexto de crise econômica dos mesmos. Contudo, ele foi, de fato, uma armadilha promovida pela hegemonia dominante, que agiu através dessas instituições para perpetuar seu discurso. Ademais, muitos críticos ressaltam que esse pacote de medidas proposto, além de ignorar as particularidades de cada país, levou a um longo período de estagnação no Terceiro Mundo.

A Ásia, no entanto, foi uma exceção à regra. Não por ser bem sucedida na implementação das normas do Consenso, mas exatamente por alcançar altos níveis de crescimento econômico ao evitar a implementação das medidas macroeconômicas neoliberais. Através dos exemplos da Malásia e da China, foi concluído que as instituições de Washington erraram ao propor esse modelo universal como única salvação para a crise. Assim, pode-se inferir que a disseminação dessas ideias tinham como objetivo frear as novas economias que poderiam vir a ameaçar a hegemonia vigente. Eximindo este artigo de análises valorativas, é importante ressaltar que existe um jogo de poder entre o centro e a periferia do sistema internacional e, para manter essas relações assimétricas, a potência hegemônica deve propagar seu consenso de modo a manter o status quo, ou seja, mantendo a desigualdade econômica, política e social própria do capitalismo.

Assim, após consolidar-se como uma grande potência através das medidas conhecidas como Consenso de Pequim - caracterizado principalmente pela forte presença do Estado na economia -, a China busca mecanismos de reafirmação e

legitimação no sistema internacional. Para isso, o âmbito institucional torna-se bastante significativo, de forma que a China vem atribuindo um papel de destaque à criação e ao fomento a fóruns e organizações multilaterais, tais como o Asian Development Bank (ADB) e o Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB). Apresentando uma política externa mais amigável e respeitando a soberania e as diversas vias para o desenvolvimento dos países periféricos, a China apresenta-se como um novo projeto de discurso hegemônico, agindo como uma alternativa às imposições norte-americanas.

Além do seu impressionante crescimento econômico e seus crescentes investimentos em tecnologia, a China também tem se mostrado um desafio ao Ocidente através da sua atuação nas instituições. A conjunção desses elementos de poder, portanto, vem revelando as aspirações chinesas de estabelecer-se como um novo bloco histórico, ou seja, perpetuar suas normas e valores no sistema internacional, visando suplantar os Estados Unidos e tornar-se uma nova hegemonia.

The International Economic Institutions As Hegemonic Instruments And Center-Periphery Relations

ABSTRACT: The objective of the present paper is to analyze the Bretton Woods institutions as a mechanism for maintaining the relations of dependence between the current hegemony and the periphery countries according to the theoretical views of Marxist authors. In this context, we will give special attention to the Washington Consensus and how the Asian continent, led by China, sought to avoid it, seeking its own path to development. From this, we will analyze the new institutions that are being created by China - AIIB and ADB - and how this signals an opportunity to overcome dependency relations and the beginning of the emergence of a new anti-imperialist hegemony.

Keywords: Hegemony; Center; Periphery; Washington Consensus.

Bibliografia

ADB. OurWork. 2017. Disponível em: <<https://www.adb.org/about/our-work>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora LTDA, 2006. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/56126281/Arrighi-Giovanni-O-longo-seculo-XX>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

_____, Giovanni. *Adam Smith em Pequim: Origens e Fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2008.

BARUCO, Grasiela Cristina da Cunha. *Do consenso keynesiano ao pós-consenso de Washington*. 2005. 105 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005. Disponível em: <http://www.ppge.ie.ufu.br/sites/ppge.ie.ufu.br/files/Anexos/Bookpage/IE_dissertacao_GrasielaCristinadaCunhaBaruco.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2018.

BRANT, Philippa. Why Australia should join the Asian Infrastructure Investment Bank. *The Interpreter*, Sydney, 2014.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A crise da América Latina: Consenso de Washington ou Crise Fiscal?. In: XVIII Encontro Nacional de Economia da Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec), ANPEC, em 4 de dezembro de 1990. Aula Magna.

_____, Luiz Carlos. As três interpretações da dependência. *Perspectivas*, São Paulo, v. 38, p. 18-48, jul./dez. 2010.

CHANG, Ha-Joon. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2003.

COX, Robert W; SINCLAIR, Timothy J. *Approaches to World Order*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

GELBER, Harry G. *O Dragão e os Demônios Estrangeiros: a China e o Mundo, de 1100 a.C. aos Dias Atuais*. Rio de Janeiro: Record, 2012.

IMF. History. 2018. Disponível em: <<http://www.imf.org/en/About>>. Acesso em: 02 jan. 2018.

KAPLAN, Ethan; RODRIK, Dani. *Did the Malaysian capital control work?* National Bureau of Economic Research, 2001 (Working Paper 8142)

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. Padrões de investimento, mudança institucional e transformação estrutural na economia chinesa. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). *Padrões de desenvolvimento econômico (1950–2008): América Latina, Ásia e Rússia..* Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2013. Cap. 9, p. 435-489.

RODRIK, Dani. Goodbye Washington consensus, hello Washington confusion? a review of the World Bank's economic growth in the 1990s: learning from a decade of reform. *Journal of Economic Literature*, Nashville, v. 44, p. 973-987, dez. 2006

VIZENTINI, P. F. *O Descompasso entre as Nações*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

WILLIAMSON, John. The Strange History of the Washington Consensus. *Journal of Post Keynesian Economics*, Londres, v. 27, n. 2, p. 195-206, dez. 2004.

YAO, Yan. *Beijing consensus or Washington consensus: what explains China's economic success?*. Development Outreach, World Bank. Disponível em <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/6098/deor_13_1_26.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 10 jan. 2018